

Piketty: o debate na praça pública

*Capital e Ideologia*¹ é mais um trabalho volumoso de Thomas Piketty, destinado a ter o devido reconhecimento público. E tal reconhecimento é justo. Na minha opinião, por quatro razões principais: por ter trazido para o debate público generalizado, e assim popularizado, a questão essencial das desigualdades nas sociedades contemporâneas, por ser um economista que mostra convincentemente que a compreensão das nossas vidas coletivas exige conhecimento com profundidade histórica, por deixar claro que as ideias, as ideologias (não apenas a economia, as trocas, os mercados ou as modas) são os grandes instrumentos de produção de mecanismos de organização coletiva e de legitimação e, finalmente, por deixar claro que o capitalismo tem formas variadas e resulta de construções sociais e institucionais e de ganhos de posição obtidos por quem dispõe de mais poder. Tudo isto não é pouco, conhecidas as tendências que dominam a nossa vida cultural quotidiana quando ela é colonizada por visões estritas da economia, da concorrência e da competitividade, da prevalência do poder dos mercados e pela naturalização das relações de poder, sem consciência de que o grande poder está nas arquiteturas institucionais e, portanto, ideológicas que possibilitaram e protegem o capitalismo.

Começemos pelo binómio do título do livro e pela ideologia, isto é, pelo “conjunto de ideias e de discursos *a priori* e plausíveis que procuram descrever como se deve estruturar a sociedade”². As desigualdades persistem porque cada época produz um conjunto de ideologias que as legitimam. “Uma ideologia é uma tentativa mais ou menos coerente de dar respostas a um conjunto de questões extremamente vastas relacionadas com a organização desejável ou ideal da sociedade”. Ou seja, a ideologia é a forma essencial de expressão de vontade e de exercício da nossa condição política enquanto cidadãos, de todos os cidadãos, com as suas diferentes posições de classe e de poder e com as suas diversas motivações. É isto que distingue uma posição séria das banalidades poderosas que nos poluem a vida pública. Diz ainda Piketty: “os que se reivindicam do pragmatismo absoluto são frequentemente os mais ‘ideológicos’ de todos (em sentido pejorativo): a sua atitude pretensamente pós-ideológica dissimula mal a sua falta de interesse pelos factos, a amplitude da sua ignorância histórica, o peso dos seus pressupostos e do seu egoísmo de classe”. Estamos, pois, entendidos: a ideologia somos nós – todos, nós mesmos e os nossos adversários –, as nossas opções e é isso que modela as circunstâncias da vida. Demos-lhe valor, levemo-la a sério e discutamo-la abertamente: “a história de todas as sociedades até aos nossos dias foi a história da luta das ideologias e da procura de justiça”. As ideias contam e as ideologias são coisa pesada que formata as sociedades e nos indica quem ganha nas lutas políticas pelo poder.

Um passo bem maior é o que Piketty dá quando, no seu preconceito desconfiado para com a tradição marxista, sugere que fiquemos por aqui. Isto é, que substituamos a análise das forças e das relações materiais pela valorização das ideologias e das lutas que elas desencadeiam. A sua frase “o conflito político é antes de tudo ideológico e não ‘classista’” é todo um programa, o seu programa. E aqui Piketty está, a meu ver, errado. É difícil encontrarmos hoje problemas nas nossas sociedades – do ambiente, à finança, da exploração do trabalho ao controlo dos média – que não estejam ligados à questão profunda de quem se apropria diferenciadamente da riqueza criada, exercendo a sua condição de classe, isto é, o poder que as relações materiais lhe conferem. Nada melhor, para retirar a alguma coisa o

¹ Edição portuguesa, Thomas Piketty, *Capital e Ideologia* Lisboa: Temas e Debates, 2020. Edição original, Thomas Piketty *Capital et Idéologie*. Paris: Éditions du Seuil, 2019.

² Usei a edição original, pelo que a tradução das citações é da minha responsabilidade.

seu significado profundo, do que dar-lhe tons diluídos: “a noção de classe social deve, ela própria, ser encarada como uma noção profundamente multidimensional. Antonio Gramsci mostrou-nos bem como o domínio das ideias – a hegemonia – é assunto importante, mas é o exatamente porque, na sua autonomia relativa, resulta do poder de classe, prolonga-o e aprofunda-o.

É, porventura, por aquela mesma razão que Piketty fala de capital, quase como coisa, e não como relação social e política, raramente dando centralidade à noção de capitalismo, retirando-lhe autonomia concetual e mesmo histórica, pois para ele o capitalismo não será mais do que “um proprietarismo da idade industrial”: “eu prefiro insistir na noção de proprietarismo e de sociedades de proprietários, e proponho conceber os capitalismo como a forma particular que o proprietarismo assume na época da grande indústria e dos investimentos financeiros internacionais”. Ora, o capitalismo decorre de uma “originalidade intrínseca”, que justifica que o distingamos do que lhe é prévio e não o define (a troca, o mercado, a propriedade, a acumulação, a moeda, por exemplo). Tem, por isso, elementos definitórios (a redefinição do trabalho, do tempo e do crédito, da máquina), que o tornam ubíquo e dotado de um poder que transcende a relação com cada elemento. Disso bem nos lembrou um outro francês, Bernard Maris, num livrinho singular também publicado ente nós³. O capitalismo não é apenas o exercício desse poder da propriedade. Em primeiro lugar, porque a propriedade é uma relação intensa, poderosa, e não apenas um estado. Por isso, em segundo lugar, revoluciona e transforma tudo o que é essencial: tempo, natureza, trabalho, formas de governação. Não se trata apenas de assumir que “o capitalismo pode encarar-se como um movimento histórico que consiste em empurrar cada vez mais os limites da propriedade privada e da acumulação de ativos”. Trata-se de compreender que não basta agir sobre os limites da propriedade para reverter a natureza capitalista das nossas vidas. O problema volta a ser o que Piketty criou com o seu (bom) exercício sobre a ideologia, querendo fazer dela a chave para tudo: “o capitalismo está intimamente ligado ao proprietarismo, que eu defino como uma ideologia política que coloca no centro do seu projeto a proteção absoluta do direito de propriedade privada”. Veja-se, por exemplo, como a propriedade dos capitalistas industriais, produtivos, que fazem parte da base histórica do capitalismo lançado há já uns séculos, está hoje “desprotegida” perante o capital financeiro e o jogo dos seus mercados, que podem fazer “estoirar” da noite para o dia o que parecia sólido. Desprotegida, pois, perante o próprio capitalismo em evolução desenfreada e não pelos movimentos operários...

Será ainda neste plano que se pode considerar a sua alternativa para uma “sociedade justa”: “ir para lá do capitalismo e da propriedade privada e construir uma sociedade justa, tendo por base o socialismo participativo e o social-federalismo”. Uma espécie de socialismo federal, a desafiar o sentido crítico dos que, certamente com razões pertinentes, não abdicam de relacionar o socialismo e as relações justas com o contexto oferecido por comunidades próximas e concretas onde se produz a mais sólida legitimidade política e se alcança a transformação material positiva⁴. Ele, que nos deu a ver a importância do Estado nacional

³ Bernard Maris, *O Futuro do Capitalismo*. Coimbra: Almedina, 2019.

⁴ As melhores formulações deste argumento são, entre nós, as de João Rodrigues, em múltiplos trabalhos, designadamente em “Na sombra de 1989: economia política internacional depois do fim da história, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, número especial, novembro 2018: 189-216, e em várias intervenções no blogue *Ladões de Bicicletas*: <http://ladroesdebicicletas.blogspot.com>

para a compressão das desigualdades, exaspera-se com “a incapacidade da aliança social-democrata para ir além do quadro do Estado-nação”.

Conjugando com o que Amartya Sen diz quando assenta a sua “ideia de justiça”⁵ numa busca incessante das realizações sociais que reduzam a injustiça, Piketty começa pelo que Sen chamaria um “institucionalismo transcendental”: “a sociedade justa é a que permite ao conjunto dos seus membros aceder ao maior leque de bens fundamentais possível”. E chega, depois, a um propósito incremental, realizado através da “educação [um assunto a que dá o maior destaque, somando-lhe a aprendizagem], da saúde, do direito de voto e, mais amplamente, da participação de todos nas diferentes formas da vida social, cultural, económica, cívica e política”. É certo que não esquece nem poderia esquecer a questão da propriedade: “a sociedade justa organiza as relações socioeconómicas, as relações de propriedade e a repartição dos rendimentos e dos patrimónios, a fim de permitir aos menos favorecidos beneficiarem das condições de existência mais elevadas possível.”

Em vista do lugar que atribui ao “proprietarismo”, os instrumentos para esta sociedade justa começam na propriedade da empresa, abrindo lugar para as dúvidas que resultem do facto de hoje o capitalismo ser de sede financeira e de o próprio capitalismo industrial ter sido colocado em lugar subalterno pelo capitalismo financeiro. Aqueles instrumentos são: “um regime de propriedade social e temporária”, o plafonamento e a partilha dos direitos de voto e do poder com os assalariados na empresa (cogestão), um sistema de imposto progressivo (a que, justamente, ele chama a grande inovação institucional do capitalismo), assim como uma regulação ambiental para a transição ecológica e uma regulação financeira para uma globalização de que se guarde o melhor e se retire o pior, onde se contam tratados internacionais como os da livre circulação de capitais que ele acha possível abandonar. Sim, Piketty é um globalista pragmático, que propõe o “codesenvolvimento”, seja isso o que for... A propriedade social e temporária é vagamente definida, mas fica claro que está ligada a “um imposto fortemente progressivo sobre as propriedades importantes que permita o financiamento de uma dotação universal em capital e a circulação permanente dos bens”. Estas seriam “as condições de uma propriedade justa, de uma educação justa e de uma fronteira justa”.

O imenso material histórico que Piketty convoca é usado com critério. Tem uma finalidade – compreender a formação das desigualdades e poder das ideias e das ideologias ganhadoras – e tem uma teoria explícita. Dela faz uma teoria da fronteira. Com o seu gosto discutível por uma grande “tirada”, ele chama, numa óbvia alusão polanyiana mas ficando muito aquém de Karl Polanyi, «grande demarcação» ao que se passou em 1789 e prosseguiu no final do século XVIII e nos princípios do século XIX quando a “sociedade trifuncional” (outras das suas categorias) deu lugar à “sociedade dos proprietários”. Isto é, quando se criou uma nova fronteira, separando os direitos conferidos pela propriedade universal aberta a todos e o poder do Estado, por um lado, dos direitos antigos da nobreza e do clero. Esta fronteira (conceito usado de forma demasiado “plástica” ao longo do livro, umas vezes geográfica, outras social e política, outras ainda meramente funcional, tudo isto para além das descritiva) fixa e vai redefinindo os campos onde se situam os polos do poder e das desigualdades, deixando ver quem está “dentro” e quem está “fora”, o que emerge e o que é abolido, o privilégio e a exclusão, sendo o objetivo de Piketty discutir a “fronteira justa”, aquela que já referi acima ao tratar da sua alternativa, a que chamei socialismo federal.

Para além dos conceitos e da análise há o método, assente em informação precisa, e a narrativa. Quanto a esta, o livro é um desafio intenso e estimulante, nas suas centenas de páginas (onde também é possível pressentir a dificuldade do autor em ser mais organizado...). Um longo percurso, culto e informado, cheio de momentos históricos relevantes: desde as

⁵ Amartya Sen, *A Ideia de Justiça*. Coimbra: Almedina, 2010.

sociedades ternárias, de ordens, e dos regimes trifuncionais anteriores à formação do Estado moderno, procurando ir para além da visão ocidental euro-americana e dando a tenção à Índia, à China, ao Irão, à “invenção” das sociedades de proprietários e da “propriedade moderna”, com a revolução francesa, à deriva inigualitária de 1800 a 1914, com grande detalhe para o que se passou em França e na Inglaterra ou mesmo na Suécia, às sociedades escravagistas coloniais, à abolição nos EUA, à “grande transformação” da primeira metade do século XX, ao *new deal* e às sociedades social-democratas. A história, sempre a história: um traço distintivo de Piketty que o enobrece e que o diferencia dos economistas comuns dos nossos dias.

O momento histórico a que atribui “importância fundamental” é ao período entre guerras, quando teve lugar a grande compressão das desigualdades e ocorreu “a transformação mais rápida e mais profunda jamais observada na história dos regimes inigualitários”, fruto das grandes limitações impostas à propriedade privada (Piketty fala do seu “afundamento”) por múltiplas intervenções, desde expropriações, nacionalizações, controlo das rendas, redução da dívida pública pela inflação até a essa “inovação histórica” que foi a progressividade fiscal. E tudo isto à sombra da revolução socialista a leste. A verdadeira tomada do poder que possibilitou as coligações social-democratas foi ideológica e intelectual e consistiu na “perda de legitimidade do sistema de propriedade privada de livre concorrência”, o que permitiu “programas de redução das desigualdades e de transformações profundas do sistema legal, fiscal e social que acabaram por se impor ao conjunto das forças políticas durante o período 1930-1980”

Esse entusiasmo vai de par com a decepção sobre os tempos correntes, os do “hipercapitalismo globalizado e digital dos anos 1990-2020”. Por duas razões. Porque “a nossa desordem democrática contemporânea provem de uma autonomização excessiva do saber económico relativamente às outras ciências sociais e à esfera cívica e política”, que se arroga “um monopólio de conhecimento e uma capacidade de análise que não tem.” E porque o que chama “esquerda brahmane”, “a esquerda eleitoral, passou de partido dos trabalhadores a partidos dos diplomados” (e por isso, numa alusão às castas sacerdotais hindus, lhe chama brahmane).

Piketty e a sua obra condizem bem com as preocupações dos que anseiam por correções de injustiças, pelo aprofundamento de reformulações já ensaiadas (um sistema fiscal orgulhosamente progressivo, formas de cogestão, progresso dos serviços coletivos e da provisão pública), no quadro do que já conhecemos e que pode constituir obstáculo de monta subestimado às medidas de reforma – uma globalização que se imagina aperfeiçoável, formas de integração internacional que alcancem capacidade de governação a que nunca chegaram e relações laborais mediadas pela concertação, embora limitadas à esfera básica da produção. Ele é um intelectual público decente e um economista sofisticado. E está contra algo que merece luta, o capitalismo disforme cuja condição se exacerbou nos nossos dias. Cada leitor que decida se isto é muito ou é pouco.

Piketty tem os seus entusiastas e os seu críticos. Estes distinguem-se entre os que lhe gabam as qualidades e levam a sério os argumentos, mesmo quando acham que eles têm limitações que é preciso sublinhar, e os que lhe querem tirar razão porque compreenderam que o saber convencional de que são guardiões fica seriamente em causa. Há quem ache, por exemplo, que o capitalismo tem tantas qualidades e elas são tão fáceis de definir que qualquer perturbação deve ser rejeitada à partida. É o caso de Daron Acemoglu e James A. Robinson, conhecidos entre nós pelo seu livro *Porque Falham as Nações*⁶, que acham que basta “a evolução endógena das tecnologias e as instituições [universais, diria eu] e o equilíbrio político que influencia não só as tecnologias como o modo como os mercados funcionam e como os

⁶ Daron Acemoglu e James A. Robinson, *Porque Falham as Nações*. Lisboa: Temas & Debates, 2013.

ganhos económico são distribuídos”⁷ para entendermos quais são as “forças-chave” na base das quais as economias funcionam. Por isso, empreendimentos como os de Piketty só “distraem”. E, claro, não poupam nas conclusões e declaram Piketty errado, juntando-o a David Ricardo ou Karl Marx, que tiveram o topete de andarem à procura de leis gerais do capitalismo, historicamente informadas, em vez de se contentarem com as tecnologias e com as receitas universais de um capitalismo sem variações.

Este é, pois, um livro indiscutivelmente importante: pela informação e pela análise que oferece, pelo debate que suscita e pela proposta que faz. Não é um livro simplista nem vai à boleia dos argumentos fáceis. E fixa uma questão muito útil: as ideias são das coisas mais sólidas que há (tal como uma teoria é algo muito prático) e é pela interpretação e pelos argumentos que se ganham os debates e se ganha poder sobre o andar da vida.

José Reis

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Centro de Estudos Sociais

⁷ Daron Acemoglu e James A. Robinson, “The Rise and Decline of General Laws of Capitalism, *Journal of Economic Perspectives*, 2015, 29, 1, 3–28.